



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PREGÃO ELETRÔNICO – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS
RITO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/3000-0000413-3

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – ÍNDICE

1. DO OBJETO
2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL
3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO
4. DA PARTICIPAÇÃO
5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
6. DO CREDENCIAMENTO
7. DA PROPOSTA DE PREÇOS
8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA
9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO
10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA: MODO ABERTO
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
13. DA HABILITAÇÃO
14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS
15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
16. DO TERMO DE CONTRATO
17. DA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO
18. DA ENTREGA DO OBJETO
19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO
20. DO PAGAMENTO
21. DO REAJUSTE
22. DA FONTE DE RECURSOS
23. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO
24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS

ANEXO I – FOLHA DE DADOS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – AES



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO VI – ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE

ANEXO VII – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (MODELO)



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – CGL

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Complementar nº 9.230/1991, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por lote, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET. A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto Estadual nº 36.601, de 10 de abril de 1996; Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto Estadual nº 48.160, de 14 de julho de 2011, de 23 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 57.037, de 23 de maio de 2023, Resolução nº 23/2023 DPGE/RS e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação visa contratação de prestação de **serviços não continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme descrito no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 1.1)** e de acordo com as condições especificadas no **Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

2.1. O Edital poderá ser obtido no site www.defensoria.rs.def.br, aba Serviços– Licitações, no endereço indicado no item 2.2., através do e-mail: licitacao@defensoria.rs.def.br e também disponibilizado no Portal Nacional de Compras Públicas através do site <http://www.gov.br/pncp/pt-br>.

2.2. A licitação será realizada na forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico www.pregaoonlinebanrisul.com.br, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação.

3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO

3.1. Na data e horário designados no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1.)** será aberta sessão pública pelo pregoeiro(a) para abertura das propostas e posteriormente para a fase de disputa.

3.2. Se na data indicada para a abertura da licitação não houver expediente na repartição, ficará esse ato transferido para o primeiro dia útil seguinte, observado o mesmo horário, desde que não haja comunicação do Pregoeiro (a) em sentido contrário.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação:



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

4.1.1. Pessoa jurídica legalmente estabelecida no País que esteja devidamente credenciada no Sistema do Pregão Online Banrisul, cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos nos termos do item 6 deste Edital, observado o disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1.)**.

4.1.2. Consórcio, desde que previsto no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.2.)**.

4.1.3. Cooperativas de trabalho, nas condições previstas no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.3.)**.

4.2. Não poderá participar desta licitação ou participar da execução de contrato direta ou indiretamente o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

4.2.1. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ou declarado inidôneo por órgão ou entidade da Administração Pública;

4.2.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da contratante, ou ainda com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau na Defensoria Pública do Estado;

4.2.5. Agente público da Defensoria, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.6. O impedimento de que trata o item 4.2.1. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.2.7. Inscrito no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS;

4.2.8. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; submetido a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

4.2.9. Em que o proprietário, sócio ou administrador com poder de direção, preste serviços ou desenvolva projeto, possua familiar que exerça cargo em comissão ou função de confiança, na forma do art. 8º do Decreto nº 48.705/2011, na Defensoria Pública do Estado;

4.2.10. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

4.2.11. Que conste no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;

4.2.12. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.3. Para fins do disposto no item 4.2.5. considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

4.4. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.

4.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Os licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social que trata este item, devidamente comprovado conforme estabelece o presente Edital, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, de acordo com o artigo 4º da Lei 14.133/21.

5.2. A apresentação da declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte será feita na forma eletrônica bem como a declaração de que no ano-calendário de realização desta licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

5.2.1. A ausência dessa declaração, no momento do envio da proposta, significará a desistência da microempresa e/ou de empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Estadual nº 13.706/2011.

5.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

5.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5.5. No caso de não adjudicação à microempresa ou à empresa de pequeno porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate.

5.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa que originalmente apresentou o melhor lance.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal, sob pena de inabilitação.

5.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.

5.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

5.9. Não se aplicam os critérios de desempate previstos nos itens 5.3 e 5.4, caso a licitação se destine exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

5.10. Deverá ser observado o disposto no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1.)** quanto ao tratamento preferencial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na hipótese do art. 4º, § 1º, I da Lei Federal 14.133/2021.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados em participar na presente licitação deverão estar regularmente credenciados junto ao Portal de Compras Eletrônicas do Estado, conduzido e administrado pela Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC, órgão da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, conforme preceitua o § 1º do art. 2º do Decreto nº 57.037/2023.

6.2. O credenciamento será encaminhado através do site indicado no item 2.2, ou através do site www.portaldofornecedor.rs.gov.br.

6.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema.

6.4. O credenciamento implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

6.7.No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1.Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no item 2.2, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

7.2.As propostas deverão ter prazo de validade não inferior ao disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.2.)**, a contar da data da abertura da licitação. Se não constar o prazo de validade, entende-se do **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.2.)**.

7.2.1.A proposta de preços inicial deverá conter as características técnicas do serviço ofertado, indicando os materiais a serem utilizados quando solicitados e os serviços a serem prestados além do valor total e de cada serviço, podendo ser utilizado o modelo de proposta constante no **ANEXO V deste Edital**, com informações similares à especificação do Termo de Referência;

7.3.Os licitantes deverão consignar o valor da proposta já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.4.As propostas encaminhadas por Cooperativas de Trabalho, quando admitida a participação, não terão qualquer tipo de acréscimo para fins de julgamento.

7.5.No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

7.5.1. Que está ciente das condições contidas neste Edital, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

7.5.2. Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua participação, conforme referido no item 4.2, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.5.3. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, se for o caso;

7.5.4. Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

7.5.5. Que o licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Defensoria Pública do Estado;



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 7.5.6. Que os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;
- 7.5.7. Que, em sendo ME/EPP, possui ou não contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no ano-calendário de realização desta licitação, se for o caso;
- 7.5.8. Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 7.5.9. Que tem conhecimento das condutas passíveis de penalidades elencadas no item 25 deste Edital e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 7.6. As declarações mencionadas nos itens anteriores são condicionantes para a participação no Pregão.
- 7.7. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, neste Edital, e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.
- 7.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a data e horário de abertura das propostas.
- 7.9. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro(a), sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.
- 7.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.12. A subcontratação, quando admitida, será estabelecida conforme **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.12.)**.
- 7.13. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
- 7.14. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 7.15. A proposta final deverá manter inalteradas as características dos serviços indicados no item 7.3 deste Edital.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

7.16. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico informado no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.1.)**.

8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA

8.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico mencionado no item 2.2.

8.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante credenciado, conforme item 6 deste Edital e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos.

8.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.

8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro(a) durante a etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do pregoeiro(a) aos participantes.

8.7. No caso de desconexão do licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

9.1. Os horários estabelecidos no procedimento licitatório observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA: MODO ABERTO

10.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1.)**.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico, através de campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro(a) e os licitantes.

10.3. O Critério de Julgamento será conforme o **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 10.3.)**.

10.4. A partir da abertura das propostas, as empresas participantes terão conhecimento dos valores ofertados.

10.5. Durante o transcurso da sessão, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10.6. A partir do momento de início da etapa de lances, as empresas participantes poderão formular lances de menor valor, sendo informados sobre seu recebimento, com indicação de horário e valor.

10.7. Só serão aceitos novos lances cujos valores forem inferiores em relação ao último lance registrado pela própria empresa, respeitando o decremento mínimo previsto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 10.7.)**.

10.8. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.9. Será permitida a apresentação de lances intermediários.

10.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior, com justificativa aceita pelo pregoeiro(a).

10.12. Durante a fase de lances, o pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10.13. O pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.14. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes, anexando-se cópia das propostas desclassificadas aos autos do processo licitatório.

10.15. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro(a).

10.15.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

10.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.19. No caso de a sessão encerrar sem prorrogação automática, o pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances conforme item 10.17, mediante justificativa.

10.20. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta, conforme item 10.17, para a definição das demais colocações.

10.21. A disputa ocorrerá pelo modo aberto.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10.22. Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no item 5 deste Edital, se for o caso.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. O pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 1 (uma) hora, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

12.1.1. É facultado ao pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante.

12.2. A proposta final será complementada, conforme o caso, de acordo com o que está disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 12.2.)**.

12.3. A proposta final deverá manter inalteradas as características dos serviços ofertados indicados no item 7.3.

12.4. A proposta de preços fará parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivesse transcrita.

12.5. O pregoeiro(a) verificará a proposta apresentada, e a desclassificará, motivadamente, se não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

12.7. O pregoeiro(a) poderá exigir a apresentação de catálogo técnico ao licitante, assim como solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado ou de terceiros, para orientar sua decisão.

12.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.9. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.10. Os preços deverão estar de acordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos neste Edital.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12.11. O pregoeiro(a) poderá exigir amostra do vencedor da etapa de lances, sob pena de desclassificação do licitante.

12.11.1. No caso de solicitação de amostra e não houver a entrega da mesma ou ocorrer atraso na sua entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

12.11.2. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.11.3. No caso de obrigatoriedade de apresentação de amostra, o licitante deverá atender as condições estabelecidas no Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

12.12. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

12.12.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação;

12.12.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 12.12.2.)**;

12.13. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.14. Havendo indicação de que a proposta apresentada seja inexequível, caberá ao pregoeiro(a) realizar as diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do licitante a demonstração, sob pena de desclassificação da mesma.

12.15. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

12.16. Erros no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, se houver, ou no valor dos itens que compõem o Lote não constituem motivo para desclassificação da proposta, podendo ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo pregoeiro(a), desde que não haja majoração do preço proposto.

12.17. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço global por lote.

12.18. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Após o aceite definitivo da proposta vencedora, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro(a) de no mínimo 02 (duas) horas, o licitante será convocado a encaminhar



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

eletronicamente, por meio do sistema em que foi realizada a disputa, indicado no item 2.2., os documentos de habilitação abaixo discriminados.

13.1.1. É facultado ao pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante.

13.2. Serão exigidos os seguintes documentos de habilitação:

13.3. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

13.3.1. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

13.3.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

13.3.5. Enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa emitidos pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ou Órgão equivalente de outro Estado da Federação, ou, ainda, pela forma prevista no art. 39-A da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, acompanhada da declaração na forma eletrônica, quando for o caso.

13.4. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal Social e Trabalhista:

13.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_Solicitacao.asp);

13.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal Estadual e Municipal da sede do licitante; (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>);

13.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul independentemente da sede do licitante (<https://www.sefaz.rs.gov.br/sat/CertidaoSitFiscalSolic.aspx>);

13.4.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>);

13.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>).

13.5. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

13.5.1. Comprovação de aptidão para prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando exigível conforme disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.5.1)**.

13.5.1.1. Os atestados deverão referir-se à execução de serviços no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

13.5.1.2. O licitante deverá comprovar que tenha prestado serviço equivalente no percentual mínimo definido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.5.1)**.

13.6. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

13.6.1. Certidão negativa de falência, apresentação de plano especial (microempresas e empresas de pequeno porte), insolvência e concordatas deferidas antes da vigência da Lei Federal nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;

13.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, inclusive Notas Explicativas, dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhado do Anexo II do Decreto nº 36.601/1996 – Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante (**Anexo VI** deste Edital), ou sua substituição pelo Certificado de Capacidade Financeira de Licitantes emitido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, disponível no site <https://sisacf.sefaz.rs.gov.br/#/> quando exigível conforme disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.6.2)**.

13.6.2.1. É dispensada a exigência do item 13.6.2 para o Microempreendedor Individual – MEI, que está prescindido da elaboração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis na forma do §2º do art. 1.179 do Código Civil – Lei nº 10.406/02.

13.7. Para fins do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, declaração eletrônica de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto no item 7.5.4.

13.8. Documentos Complementares para Habilitação:

13.8.1. Os documentos para habilitação serão complementados, conforme o caso, de acordo com o que está disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.8.1)**.

13.9. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

13.10. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.

13.11. Tratando-se de filial, os documentos de habilitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

13.12. O Certificado de Fornecedor do Estado – CFE e respectivo Anexo emitido pela Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC, substituirá apenas os documentos que contemple, desde que estejam vigentes.

13.13. Todos os documentos em que se exija assinatura devem ser assinados digitalmente ou firmados e digitalizados antes de sua remessa via sistema, sendo que a entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a).

13.14. Considerando a dispensa da entrega física original ou autenticada dos documentos de habilitação, solicitamos que os documentos anexados ao sistema eletrônico na fase de habilitação sejam na ordem que consta no Edital e, preferencialmente, em apenas 01 (um) arquivo.

13.15. As certidões exigidas que não tenham prazo de validade expresso em seu corpo terão-se como válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua emissão.

13.16. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública que solicitar a documentação.

13.17. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão que solicitou a documentação, ocorrendo a perda de validade dos documentos no transcurso da licitação e não for possível ao pregoeiro(a) verificar a sua renovação por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

13.17.1. Convocado o licitante na forma do item 13.17, fica dispensada a comprovação de que o mesmo estava habilitado na data de abertura da sessão, considerando-se para fins de habilitação, somente a data da sua última convocação.

13.18. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro(a) procederá ao que segue:

13.18.1.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, considerando o disposto no item 26.6, o pregoeiro(a) considerará o licitante inabilitado;

13.18.1.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos descritos no item 11, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

13.19. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

13.20. Documentação equivalente aos exigidos nos itens anteriores, para as empresas estrangeiras



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

13.21. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas.

13.22. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet, ou que sejam substituídos pelo CFE, terão sua validade verificada pelo Pregoeiro(a) no momento da habilitação.

14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

14.1. Os esclarecimentos quanto ao Edital poderão ser solicitados por qualquer pessoa ao pregoeiro(a) em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, **EXCLUSIVAMENTE** via sistema, indicado no item 2.2.

14.2. Os pedidos de impugnações deverão ser formulados **EXCLUSIVAMENTE** via sistema, indicado no item 2.2, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.3. Para tanto, as licitantes deverão acessar a página eletrônica deste Pregão, preencher o formulário eletrônico, em campo destinado a esse procedimento, detalhando o pedido de esclarecimento e/ou de impugnação. Após isso, deverá enviá-lo via sistema, indicado no item 2.2.

14.4. O portal eletrônico Banrisul encaminhará aviso automático, via e-mail, noticiando ao Pregoeiro(a) eventuais registros de esclarecimentos e/ou impugnações.

14.5. O portal eletrônico Banrisul enviará e-mail automático aos licitantes que formularam pedido de esclarecimento e/ou de impugnação dando conta da resposta a essas solicitações.

14.6. Não serão aceitos pedidos de esclarecimento e/ou de impugnação apresentados por outro meio que não via portal eletrônico Banrisul, nos termos acima descritos.

14.7. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro(a).

14.8. Caberá ao pregoeiro(a), auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, decidir sobre a Impugnação.

14.9. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

14.10. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

14.11. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer no prazo de 20 (vinte) minutos, em formulário



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

eletrônico específico por meio do sistema indicado no item 2.2, com registro em ata da síntese das suas razões.

14.12. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da aceitabilidade da intenção de recorrer, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente no sistema em que se realiza o certame, indicado no item 2.2, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.13. A falta de manifestação nos termos previstos neste Edital importará a decadência desse direito, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.14. Caberá ao pregoeiro(a) receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhando à autoridade competente, devidamente informado, quando mantiver a sua decisão.

14.15. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento dos autos.

14.16. O recurso será conhecido pelo pregoeiro(a), se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender as demais condições para a sua admissibilidade.

14.17. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.18. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão encaminhados eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa, indicado no item 2.2.

14.19. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o do vencimento.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante declarado vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1. O adjudicatário terá o prazo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar o contrato, se houver.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Defensoria para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhar ao adjudicatário, mediante correspondência eletrônica, o termo de contrato para assinatura eletrônica avançada, conforme § 1º do art. 3º do Decreto nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

16.3. O prazo previsto no item 16.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por discricionariedade da Administração ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4. O prazo de execução constará no **Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

16.5. A prorrogação dos prazos de execução será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

16.6. Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS e ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, para identificar possível impedimento relativo ao participante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

16.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.7.1.1 Caso o adjudicatário não assine o contrato, proceder-se-á à análise dos requisitos de habilitação dos licitantes remanescentes.

16.7.1.2 Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

16.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 16.7, a Administração, observados o valor estimado, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

16.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 16.8, a Administração, observados o valor estimado, poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

16.10. Na hipótese do item 16.9, o licitante remanescente convocado fica obrigado a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvado o caso de vencimento da respectiva proposta, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

16.11. Em qualquer hipótese de convocação de remanescente, proceder-se-á à análise dos requisitos de sua habilitação, conforme item 13 deste Edital.

17. DA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – AES

17.1. O Termo de contrato, poderá ser substituído pela Autorização de Execução de Serviço - AES, conforme modelo do **Anexo IV – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar ou dar por recebido a Autorização de Execução de Serviço – AES.

17.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Defensoria para a assinatura da Autorização de Execução de Serviço – AES, a Administração poderá encaminhá-la:

17.3.1. Para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

17.3.2. Para recebimento, através de meio eletrônico que também deverá ser dado por recebido no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do seu envio.

17.4. No caso da Contratada não retornar com a confirmação de recebimento, o prazo será iniciado com a confirmação de leitura da mensagem eletrônica.

17.5. Previamente a emissão da Autorização de Execução de Serviço – AES será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS e ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, pela Defensoria, para identificar possível impedimento relativo ao participante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

17.6. Se o adjudicatário, na ocasião de emissão da Autorização de Execução de Serviço – AES, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se ao recebimento da mesma, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do ajuste nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.6.1. Caso o adjudicatário se recuse a receber a Autorização de Execução de Serviço – AES, proceder-se-á à análise dos requisitos de habilitação dos licitantes remanescentes.

17.6.2. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e receber a Autorização de Execução de Serviço – AES no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

17.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.6., a Administração, observados o valor estimado, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

17.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.6., a Administração, observados o valor estimado, poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

17.9. Em qualquer hipótese de convocação de remanescente, proceder-se-á à análise dos requisitos de sua habilitação, conforme item 13 deste Edital.

17.10. O prazo para envio da Autorização de Execução de Serviço – AES será de até 20 (vinte) dias a contar da emissão da nota de empenho.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

18. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. Os serviços serão prestados conforme estabelecido no **Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

19. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

19.1. Os serviços serão recebidos conforme estabelecido no **Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, mediante a apresentação da mesma ou da Fatura ao fiscal do contrato, devendo o documento fiscal conter o detalhamento do objeto entregue.

20.2. Para empresas que ainda não possuem conta bancária cadastrada junto ao Portal de Finanças Públicas do Estado - FPE, deverá ser enviado comprovante de dados bancários para pagamento, podendo ser cópia de folha cheque, cópia do cabeçalho do extrato bancário ou cópia do cartão da conta, caso as informações bancárias não constem da proposta da empresa.

20.3. A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura antes do recebimento definitivo do objeto por parte do Contratante.

20.4. Considerando o disposto no Decreto nº 56.662/2022, as notas fiscais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2023 deverão observar as regras de retenção para o Imposto de Renda contidas na IN RFB 1234/2012.

20.5. No documento fiscal, no Campo "retenções federais" deve constar apenas o valor do IRRF, pois o Estado não possui convênio com a União para retenção e repasse dos demais tributos federais (PIS/COFINS/CSLL).

20.6. Por tratar-se de prestação de serviço, a Contratada deverá emitir somente Nota Fiscal de prestação de serviço.

20.7. Para os fornecimentos beneficiados por isenção de ICMS com fundamento no inciso CXX, art. 9º do Decreto Estadual nº 37.699, de 26 de agosto de 1997, deverá ser feita a indicação do valor do desconto e do respectivo número do empenho no documento fiscal, conforme nota 03 do mesmo inciso.

20.8. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

20.9. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante vencedor.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

20.10. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.10.1. Constatando-se situação de irregularidade da Contratada junto ao CADIN/RS, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, de acordo com o Decreto nº 36.888/1996.

20.10.2. Persistindo a irregularidade, a Contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

20.11. A Contratante poderá reter do valor da fatura da Contratada a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

21. DO REAJUSTE

21.1. O contrato será reajustado, conforme disposto na Cláusula Oitava da Minuta de Contrato.

21.2. A data base de elaboração do orçamento estimado é aquela disposta no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 21.2.).

22. DA FONTE DE RECURSOS

22.1. As despesas decorrentes do contrato objeto desta licitação correrão por conta de recurso orçamentário previsto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 22.1.)**.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

23.1. O adjudicatário deverá atender às obrigações previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato e as demais obrigações específicas ao objeto contratual estabelecidas no **Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

24.1. A garantia, se exigida, poderá ser solicitada conforme disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 24.1)**.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Das Infrações Administrativas

25.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o participante ou o contratado que:

25.1.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

25.1.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

25.1.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 25.1.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 25.1.1.5. Não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 25.1.1.6. Não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 25.1.1.7. Enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- 25.1.1.8. Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 25.1.1.9. Fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- 25.1.1.10. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- 25.1.1.11. Pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 25.1.1.12. Pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

25.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio e 2021.

25.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

25.2.2.1. Advertência, para a infração prevista no item subitem 25.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

25.2.2.2. Multa, nas modalidades:

25.2.2.2.1. Compensatória, de 0,5% até 5% sobre o valor do contrato, para as infrações previstas no item 25.1.1.1., 25.1.1.4., 25.1.1.5 e 25.1.1.6.

25.2.2.2.2. Compensatória de 0,5% até 10% sobre o valor do contrato para as infrações previstas no item 25.1.1.2.

25.2.2.2.3. Compensatória de 0,5% até 20% sobre o valor do contrato para as infrações previstas nos itens 25.1.1.3. e 25.1.1.8

25.2.2.2.4. Moratória de 0,5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, para as infrações previstas no item 25.1.1.7.

25.2.2.2.5. Compensatória de 0,5% até 30% sobre o valor da proposta ou contrato nas infrações previstas nos itens 25.1.1.9., 25.1.1.10., 25.1.1.11. e 25.1.1.12.

25.2.2.3. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 2 (dois) anos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, para as infrações previstas nos itens 25.1.1.2. e 25.1.1.5, 25.1.1.6. e 25.1.1.7., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

25.2.2.4. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, para as infrações previstas nos itens 25.1.1.3 e 25.1.1.8.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

25.2.2.5. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até um ano, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, para as infrações previstas no item 25.1.1.4.

25.2.2.6. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 25.1.1.8., 25.1.1.9., 25.1.1.10., 25.1.1.11., 25.1.1.12.

25.2.2.7. A Declaração de Inidoneidade será aplicada ainda aos casos concretos que justifique a imposição de penalidade mais grave que a sanção de Impedimento de Licitar e Contratar para os casos previstos nos itens 25.1.1.2., 25.1.1.3., 25.1.1.4., 25.1.1.5., 25.1.1.6 e 25.1.1.7.

25.3. Da Aplicação das Sanções

25.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25.3.2. A aplicação de sanções não exime o participante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar a Defensoria.

25.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo de indenização devida à título de perdas e danos.

25.3.2.2. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, quando a primeira não se revelar suficiente, sem prejuízo da aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

25.3.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

25.3.4. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.3.5. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

25.3.6. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

25.3.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do participante no CFIL/RS.

25.4. Da Execução da Garantia Contratual

25.4.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, se houver.

25.4.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

25.4.3. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

25.4.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa não tributária.

25.4.5. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do contratante.

25.4.6. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro(a).

26.2. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação.

26.3. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

26.4. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.

26.5. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.7. É facultado ao pregoeiro(a) ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

26.8. As informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados no site referido no item 2.2., sem prejuízo às informações prestadas ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

26.9. O contratado deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores da Defensoria e dos órgãos de controle interno e externo.

26.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 26.11. O presente Edital, bem como a proposta vencedora, fará parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.
- 26.12. O contratado está sujeito a observação e cumprimento de todas as cláusulas previstas na **MINUTA DE CONTRATO – Anexo III**, mesmo na hipótese de sua substituição **PELA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - AES – Anexo IV**.
- 26.13. A Defensoria poderá anular ou cancelar a licitação, total ou parcialmente, sem que disso resulte para o proponente direito a qualquer indenização ou reclamação.
- 26.14. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 26.15. Prevalerão as disposições deste Edital, em caso de divergência com as demais peças que compõem o processo.
- 26.16. Os prazos previstos neste Edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente na Defensoria Pública do Estado.
- 26.17. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou aos seus anexos.
- 26.18. Integram este Edital, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXOS

ANEXO I – FOLHA DE DADOS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – AES

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO VI – ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE

ANEXO VII – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (MODELO)

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

Autoridade Competente



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

Cláusula das Condições Gerais de Licitação (CGL)	Complemento ou Modificação
CGL 1.1.	Contratação de empresa especializada em serviços de Avaliação Psicológica a serem executados com material e em local de responsabilidade da empresa contratada no município de Porto Alegre/RS, conforme especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência.
CGL 3.1.	Data: 16.04.2025 Horário de abertura das propostas: 13:00 Horário do início da disputa: 14:00
CGL 4.1.1.	Participação preferencial de microempresa e empresa de pequeno porte.
CGL 4.1.2.	Não será permitida a participação de Consórcio.
CGL 4.1.3.	Não será permitida a participação de Cooperativas. Para fins de habilitação, as Cooperativas de Trabalho deverão apresentar os seguintes documentos, em conjunto com aqueles previstos no item 13 deste Edital, no que couber: a) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971; b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, de cada um dos cooperados relacionados; c) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço; d) Registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971; e) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e f) Documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: I - ata de fundação; II - estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; III - regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; IV - editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; V- três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>VI- ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;</p> <p>g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.</p>
CGL 7.2.	A proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias.
CGL 7.12.	Não será permitida a subcontratação.
CGL 10.3.	Critério de Julgamento: MENOR PREÇO.
CGL 10.7.	Intervalo percentual mínimo entre lances: 0,1%.
CGL 12.2.	Não aplicável.
CGL 12.12.2	Não aplicável.
CGL 13.5.1.	<p>a) Comprovação de Capacitação Técnica Operacional, através da apresentação de atestado/s, expedido por pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante possui aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.</p> <p>a1) O/s Atestado/s de Capacitação Técnica apresentado/s deve/m conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do contratante, natureza dos serviços executados, localização dos mesmos, número de pessoas atendidas e número de avaliações psicológicas realizadas.</p> <p>a2) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.</p>
CGL 13.6.2.	Não será exigida apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis.
CGL 13.8.1.	<p>a) Registro da empresa licitante no CRP (Certificado fornecido pelo próprio Conselho).</p> <p>b) Comprovação de que possui, em seu quadro permanente, profissional psicólogo/a, com mestrado com ênfase em Avaliação Psicológica ou com especialização em Avaliação Psicológica, que deverá assumir as funções de</p>



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Coordenador/a Técnico/a. A formação em nível de pós-graduação completa admite título de especialista concedido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), certificado de conclusão de Curso de Pós-Graduação Stricto ou Lato Sensu, inclusive MBA, ou titulação maior em uma dessas áreas. Todos deverão ser comprovados por documento devidamente emitido pela instituição de ensino ou pelo CFP. A ênfase em avaliação psicológica não precisa vir descrita no diploma de mestrado, mas deverá ser comprovada através do teor da dissertação de mestrado vinculada a essa titulação.

b1) O/a profissional coordenador/a técnico/a deverá ter seu vínculo com a licitante devidamente comprovado da seguinte forma: se sócio/a da empresa, apresentação do contrato social; ou ainda contrato de prestação de serviço ou, registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ainda, instrumento particular de contrato entre as partes.

b2) Comprovação de que o coordenador/a técnico/a tenha inscrição ativa no CRP.

b3) O/a coordenador/a técnico/a deve comprovar experiência em supervisão ou coordenação técnica de avaliações psicológicas, mediante apresentação de atestado/s de capacidade técnica, devidamente assinado/s, carimbado/s e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço. O atestado de capacidade técnica em nome do/a profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, deverá constar que executa/executou satisfatoriamente serviços de complexidade equivalente com o objeto e especificações do presente Termo de Referência.

c) Comprovação de que possui equipe técnica composta por, no mínimo, quatro profissionais, que deverão atender a qualificação técnica mínima a seguir descrita:

c1) Psicólogos/as deverão comprovar experiência profissional em atividades relacionadas à avaliação psicológica. A comprovação se dará pela apresentação



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

de atestado, de registro em Carteira de Trabalho ou vínculo empregatício na forma da Lei.

c2) Os/as psicólogos/as, inclusive o/a Coordenador/a Técnico/a, deverão apresentar certidão do CRP, para fins de comprovação, de que não possuem restrições ativas para o exercício profissional.

c3) Os/as psicólogos/as deverão estar com registro ativo no CRP ao longo do período em que prestarem atividades para a DPE/RS, fornecendo Certidão de Regularidade (pessoa física).

CGL 21.2.

21/02/2025.

CGL 22.1.

Unidade Orçamentária: 30.01 e/ou 30.88
Instrumento de Programação: 6391 e/ou 6755
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.3991
Recurso: 0011 e/ou 0162

CGL 24.1.

Não será solicitada garantia de execução.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de Avaliação Psicológica a serem executados com material e em local de responsabilidade da empresa contratada no município de Porto Alegre/RS. A avaliação psicológica consiste nos seguintes itens:

Lote	Item	Especificação	Quantidade Estimada	Valor unitário estimado
01	1	Entrevista Psicológica (com elaboração de laudo e atestado e realização de entrevista devolutiva)	136	R\$ 800,00
	2	Entrevista Psicológica e aplicação de testagem psicológica (com elaboração de laudo e atestado e realização de entrevista devolutiva)	83	R\$ 970,00
	3	Avaliação psicológica recursal (com elaboração de laudo e atestado e realização de entrevista devolutiva)	10	R\$ 1.600,00
	4	Relatório Anual	3	R\$ 1.350,00

1.2. Os serviços deverão ser prestados de acordo com o número de defensores/as em processo de vitaliciamento. Os dados apresentados acima são uma estimativa da quantidade de cada serviço que será prestada até o final de 2028, conforme fluxo de nomeações.

1.3. O prazo de execução do contrato será de 42 meses.

1.4. O prazo de vigência do contrato será de 44 meses, podendo ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O processo de vitaliciamento do cargo de Defensor/a Público/a está previsto na Constituição Federal, em seu art. 93, IV, combinado com o art. 138, §4º. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) regulamentou o processo de vitaliciamento pela Resolução CSDPE nº 10/2017 e, entre os instrumentos de avaliação, estão previstas as avaliações psicológicas.

O período de vitaliciamento é composto por três anos a contar da data de efetivo exercício na Classe Inicial do cargo, devendo ser realizadas avaliações psicológicas anuais ao longo desse período.

No presente momento, encontram-se em atividade trinta defensores/as públicos/as que estão em processo de vitaliciamento. Ademais, há previsão de novo concurso público com estimativa de novas vagas. Atualmente, há cinquenta e três cargos vagos.

A DPE/RS possui em seu Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, atualmente, apenas uma psicóloga, quantitativo insuficiente para a Comissão de Avaliação Psicológica Recursal, quando pertinente. Ademais, conforme orientação técnica recebida do Conselho Regional de Psicologia (CRP), acolher a demanda das avaliações psicológicas de defensoras/es públicas/os da instituição pode configurar infração ética, devido à relação de trabalho estabelecida, em que a mesma pode interferir na condução das avaliações e, assim, uma declaração de impedimento se mostra pertinente. É o que estabelece o Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a (Resolução CFP nº 10/2005), em seu Art. 2º, alínea "j", onde consta que ao/à psicólogo/a é vedado estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o/a atendido/a, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado. Ainda, em conformidade com o referido Código, é vedado ao/à psicólogo/a ser perito/a, avaliador/a ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação (Art. 2º, alínea "k").

Em decorrência, para o atendimento ao previsto na legislação, resta imprescindível a contratação de empresa especializada na área de avaliações psicológicas.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Nos termos referidos, a contratação dos serviços de avaliação psicológica dá-se em face da necessidade de garantir o cumprimento da Resolução CSDPE nº 10/2017 quanto à qualidade técnica e observância dos prazos das avaliações psicológicas dos/as defensores/as públicos/as em processo de vitaliciamento. Tendo em vista que o procedimento de avaliação psicológica é decorrente de determinação legal, todos os procedimentos envolvidos deverão ser compatíveis com normativas e leis vigentes, bem como o disposto no presente termo de referência.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

3.1. Da Avaliação Psicológica

3.1.1. Conforme a Resolução CFP nº 31/2022, a avaliação psicológica é um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas.

3.1.2. A avaliação psicológica para fins de vitaliciamento deverá ser restrita aos parâmetros de avaliação publicados no Provimento CG nº 03/2021, de 27 de setembro de 2021, e em suas eventuais atualizações publicadas pela DPE/RS. Conforme a tal provimento, os critérios para avaliação dos/as defensores/as públicos/as em processo de vitaliciamento são:

- a) Contato com a realidade e juízo crítico, principalmente, no âmbito da percepção e do pensamento;
- b) Capacidade de adaptação – o que inclui estilo de enfrentamento de situações potencialmente estressantes, iniciativa, capacidade de planejamento e organização, tolerância à frustração, resiliência e flexibilidade de pensamento;
- c) Conduta social – o que inclui capacidade de avaliar adequadamente situações sociais, aspectos éticos nas relações interpessoais, relacionamento com figuras de autoridade, qualidade do vínculo com a corregedoria, controle da impulsividade e agressividade, gestão de pessoas, comunicação assertiva, empatia, capacidade de acolhimento e de valorização das pessoas;



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

d) Identificação profissional com a carreira de Defensor/a Público/a – o que inclui motivações para manter-se no cargo, compreensão do impacto e da importância da instituição na sociedade, comprometimento, construção de um sentido para o trabalho, responsabilidade, capacidade para trabalhar em equipe e adequação à cultura organizacional (alinhamento com a missão, visão e valores da DPE/RS);

e) Saúde Mental – o que inclui avaliação diagnóstica de transtorno mental ou de comportamento com sintomatologia ativa que possa prejudicar o desempenho das funções no cargo e características de personalidade que sejam rígidas, persistentes e desadaptativas a ponto de prejudicar o desempenho das atividades inerentes ao cargo.

3.1.3. A avaliação psicológica terá caráter individual.

3.1.4. Ao longo dos três primeiros anos de trabalho, cada defensor/a público/a que ingressar na instituição passará por três avaliações psicológicas com intervalos de, aproximadamente, doze meses. A primeira avaliação será composta por uma entrevista psicológica; a segunda, por uma entrevista psicológica e aplicação de um teste de personalidade que contemple os critérios do item 3.1.2; e a terceira, por uma entrevista psicológica.

3.1.5. Ao longo da vigência do contrato, além dos trinta defensores/as públicos/as atualmente em vitaliciamento, há a previsão de realização de novo concurso público em que mais defensores/as públicos/as serão empossados/as e iniciarão suas avaliações psicológicas do processo de vitaliciamento.

3.1.6. Na segunda avaliação de cada defensor/a público/a, a testagem psicológica e a entrevista deverão ser agendadas, preferencialmente, no mesmo local, dia e turno, de modo a atender a prioridade de que a avaliação possa ser finalizada em apenas um encontro, evitando-se, assim, deslocamentos desnecessários.

3.1.7. A empresa contratada deverá reservar tempo suficiente para fazer o levantamento dos resultados do/s teste/s aplicado/s e para a elaboração dos laudos, atestados e demais documentos ou relatórios que possam vir a ser solicitados pela DPE/RS.

3.1.8. O local onde a empresa realizará as avaliações psicológicas (recursais ou não), quando presenciais, deverá ser silencioso, sigiloso, com iluminação e climatização adequadas para a realização dessa atividade, sendo responsabilidade da empresa



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

contratada disponibilizar esse local bem como zelar pela manutenção dentro das condições de uso exigidas.

3.2. Dos Instrumentos de Avaliação Psicológica

3.2.1. Os testes psicológicos têm como objetivos identificar, descrever, qualificar e mensurar características psicológicas, por meio de procedimentos sistemáticos de observação e descrição do comportamento humano, nas suas diversas formas de expressão, acordados pela comunidade científica. A aplicação, correção e interpretação dos testes psicológicos devem seguir rigorosamente as orientações, padronização e normatização contidas no manual técnico aprovado no SATEPSI.

3.2.2. Todo e qualquer procedimento da avaliação psicológica deverá ser previamente acordado com a equipe da DPE/RS que estiver responsável por acompanhar esse processo, sendo vedada a utilização de qualquer técnica ou dispositivo de avaliação sem o prévio alinhamento com a contratante.

3.2.3. Todo e qualquer instrumento psicológico bem como as folhas de respostas dos instrumentos utilizados deverão ser originais, sendo vedado o uso de qualquer tipo de cópia.

3.2.4. A empresa poderá desenvolver e utilizar formulários, questionários e declarações de saúde que sejam relativos aos critérios de avaliação psicológica que são normatizados pela DPE/RS, sendo possível o questionamento relativo a aspectos do histórico de tratamentos psicológicos e psiquiátricos, bem como de internações clínicas ou hospitalares e outras condições de saúde relevantes para os fins da avaliação.

3.3. Dos Laudos da Avaliação Psicológica

3.3.1. De acordo com a Resolução CFP nº 06/2019, o laudo psicológico é o resultado de um processo de avaliação psicológica, com finalidade de subsidiar decisões relacionadas ao contexto em que surgiu a demanda. Apresenta informações técnicas e científicas dos fenômenos psicológicos, considerando os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida. Deverá sinalizar, nitidamente, se o/a defensor/a público/a apresenta dificuldades para desempenhar o seu cargo e quais seriam as possíveis restrições advindas delas.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.3.2. Todas as avaliações psicológicas realizadas deverão resultar em um laudo e um atestado psicológico, que deverão seguir, rigorosamente, a Resolução CFP nº 06/2019, que institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pelo/a psicólogo/a no exercício profissional ou suas eventuais atualizações.

3.3.3. Para cada avaliação psicológica, deverá ser elaborado um laudo psicológico individualizado e personalizado, sendo vedada a elaboração de laudos coletivos bem como o reaproveitamento de texto apresentado em laudo anterior, pois cada laudo deverá apresentar um avanço na compreensão do funcionamento psíquico da pessoa em questão.

3.3.4. Todos os laudos deverão atender a todas as exigências descritas no presente Termo de Referência.

3.3.5. Ao final dos laudos, o/a psicólogo/a pode incluir recomendações, orientações, diagnósticos, encaminhamentos ou intervenções que beneficiem a pessoa entrevistada.

3.3.6. O laudo deverá indicar uma conclusão dentro das seguintes possibilidades: apto/a; apto/a com considerações ou inapto/a. Quando apto/a com considerações ou inapto/a, descrever com nitidez os motivos para tal.

3.3.7. O laudo deverá ser datado, assinado e carimbado pelos/as profissionais que houver/em realizado a avaliação psicológica.

3.3.8. O laudo deverá conter apenas as informações relevantes para a avaliação dos critérios propostos no Provimento CG nº 03/2021, de 27 de setembro de 2021, e em suas eventuais atualizações. É vedada a apresentação de informações que não contribuam para esse fim ou para respostas a questionamentos feitos pela Corregedoria-Geral da DPE/RS.

3.3.9. No momento da avaliação psicológica, o/a psicólogo/a avaliador/a deverá informar o/a defensor/a público/a que uma cópia do laudo será enviada à Corregedoria-Geral da DPE/RS.

3.3.10. Em até dez dias úteis após a realização da avaliação psicológica, o laudo e o atestado deverão ser enviados ao/à fiscal técnico/a do contrato por meio digital com senha.

3.4. Da Especificação dos Itens de Serviços

A contratada prestará os serviços abaixo elencados nas condições estabelecidas.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.4.1. Reunião de Alinhamento e Planejamento

No prazo de até dez dias após a publicação da súmula do contrato no Diário Eletrônico da DPE/RS, será realizada reunião de alinhamento e planejamento, em data e horário a serem definidos pela contratante, na qual deve comparecer, obrigatoriamente, o/a coordenador/a técnico/a da equipe de profissionais que prestarão os serviços. Na reunião, a contratante repassará informações e orientações para a execução dos serviços. Ao mesmo tempo, será avaliada a proposta de plano de atividades, a ser apresentado pela contratada.

3.4.2. Entrevista Psicológica com elaboração de Laudo e Atestado

3.4.2.1. Entrevista psicológica é um conjunto de técnicas de investigação envolvidas em um processo que ocorre num tempo delimitado. Essa investigação é dirigida pelo/a psicólogo/a que utiliza seus conhecimentos científicos para estabelecer uma relação profissional com o/a entrevistado/a a fim de que sejam descritos e avaliados aspectos pessoais, relacionais ou contextuais. Entende-se, ainda, que a entrevista precisa ser planejada e, quando for o caso, ser ampliada para atingir o objetivo da avaliação psicológica.

3.4.2.2. Em todas as avaliações psicológicas previstas, haverá uma entrevista psicológica individual. As entrevistas realizadas no formato on-line (primeira e terceira avaliação) deverão seguir, rigorosamente, os critérios estabelecidos pela Resolução CFP nº 09/2024.

3.4.2.3. A duração de cada entrevista será de, no mínimo, 40 minutos e de, no máximo, 120 minutos conforme o/a psicólogo/a avaliador/a entender necessário.

3.4.2.4. Além da elaboração do laudo, conforme previsto no item 3.3, deverá ser construído um atestado psicológico. O documento será entregue junto ao laudo para as pessoas avaliadas e para o/a fiscal técnico/a do contrato. Em conformidade com a Resolução CFP nº 06/2019, o atestado psicológico resulta de uma avaliação psicológica, cujo documento certifica, com fundamento em um diagnóstico psicológico, uma determinada situação, estado ou funcionamento psicológico, com a finalidade de afirmar as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.4.3. Testagem Psicológica

3.4.3.1. Testes psicológicos são um procedimento sistemático para coletar amostras de comportamento relevantes para compreensão do funcionamento cognitivo, emocional ou interpessoal, a fim de que o resultado obtido por uma pessoa possa ser, de alguma forma, contextualizado junto a outros instrumentos de avaliação psicológica. Têm como objetivos identificar, descrever, qualificar e mensurar características psicológicas, por meio de procedimentos sistemáticos de observação e descrição do comportamento humano, nas suas diversas formas de expressão, acordados pela comunidade científica.

3.4.3.2. Somente na segunda avaliação psicológica deverá haver a aplicação obrigatória de teste de personalidade a ser previamente acordado entre o/a fiscal técnico/a do contrato e o/a coordenador técnico/a da empresa contratada.

3.4.3.3. Os testes psicológicos deverão ser sempre utilizados em sua versão mais recente. A aplicação, correção e interpretação dos testes psicológicos devem seguir rigorosamente as orientações, padronização e normatização contidas no manual técnico aprovado no SATEPSI.

3.4.4. Entrevista Devolutiva (Padrão ou Recursal)

3.4.4.1. Para entrega do laudo psicológico, é dever do/a psicólogo/a realizar ao menos uma entrevista devolutiva à pessoa avaliada. Esse procedimento tem por finalidade comunicar ao/à defensor/a qual foi o resultado da sua avaliação. Nesse momento, o/a entrevistado/a pode compreender os motivos pelos quais está apto/a, apto/a com considerações ou inapto/a ao desempenho de determinadas funções. O principal objetivo da entrevista devolutiva é auxiliar a pessoa a entender os seus resultados e, para tanto, é possível incluir diferentes estratégias que transcendem a comunicação dos dados apenas, podendo até ser sugerido encaminhamento para atendimento psicoterápico ou para outros/as profissionais da saúde, se necessário.

3.4.4.2. A entrevista devolutiva será sempre no formato on-line, independentemente se a avaliação psicológica foi realizada presencialmente ou não.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.4.4.3. Após a entrega do laudo e atestados psicológicos para o/a fiscal técnico/a do contrato, a empresa contratada deverá agendar com o/a defensor/a público/a dia e horário para a realização da entrevista devolutiva em até quinze dias úteis.

3.4.4.4. A entrevista devolutiva terá duração mínima de quarenta minutos.

3.4.4.5. O local onde a empresa realizará as avaliações psicológicas, quando presenciais, deverá ser silencioso, sigiloso, com iluminação e climatização adequadas para a realização dessa atividade, sendo responsabilidade da empresa contratada zelar pela manutenção do ambiente e das condições de uso exigidas.

3.4.5. Avaliação Recursal da Entrevista e da Testagem Psicológica com Elaboração de Laudo

3.4.5.1. Os procedimentos e os resultados de cada uma das avaliações psicológicas poderá ser contestado mediante apresentação oficial da solicitação de uma avaliação psicológica recursal a fim de que haja revisão do resultado e ampliação da coleta e interpretação de dados da avaliação psicológica.

3.4.5.2. Caso algum/a defensor/a público/a avaliado/a ou algum/a membro/a da Corregedoria-Geral solicite uma avaliação psicológica recursal, a empresa contratada, obrigatoriamente, deverá formar uma Comissão de Avaliação Psicológica Recursal com três psicólogos/as da empresa contratada que atendam aos requisitos de formação supracitado no item 4.1.

3.4.5.3. A Comissão de Avaliação Psicológica Recursal não possuirá profissionais fixos, mas aquele/a que houver realizado a avaliação psicológica que estiver em discussão não poderá fazer parte da mesma.

3.4.5.4. A Comissão de Avaliação Psicológica Recursal não poderá ser composta por nenhum/a profissional, servidor/a ou membro/a vinculado/a à DPE/RS, de modo que seja garantida a autonomia e isonomia necessária à realização deste trabalho.

3.3.5.5. A Comissão de Avaliação Psicológica Recursal decidirá, livremente, pelo uso ou não de testes psicológicos ou outros instrumentos/atividades de avaliação psicológica no



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

processo de complementação da avaliação psicológica do/a defensor/a público/a em questão.

3.4.5.6. A Comissão de Avaliação Psicológica Recursal emitirá um único laudo e atestado psicológicos, datados e assinados por todos/as os/as seus/uas componentes, indicando o entendimento sobre o funcionamento psicológico da pessoa avaliada e respondendo a possíveis quesitos elaborados na solicitação de avaliação psicológica recursal. O laudo deverá ser enviado ao/à fiscal técnico/a do contrato por meio digital com senha em até dez dias úteis a contar da data em que foi feita a avaliação psicológica recursal.

3.4.6. Relatório Anual

3.4.6.1 O Relatório Anual será o instrumento que resume as informações de todas as avaliações psicológicas realizadas naquele ano. Entre outros itens, esse relatório deverá apresentar um resumo de possíveis situações atípicas ocorridas, parecer geral quanto ao andamento das avaliações psicológicas, resumo de pendências (se houverem) e lista com sugestões de melhorias.

3.4.6.2. O Relatório Anual deverá ser entregue em até quinze dias úteis após a finalização de todas as avaliações daquele ano.

3.4.6.3. O Relatório Anual não poderá identificar os sujeitos avaliados e deverá ser entregue ao/à fiscal técnico/a do contrato por meio digital com senha. Deverá estar datado, assinado e carimbado pelo/a coordenador/a técnico/a da empresa contratada.

3.4.6.4. O Relatório Anual deverá evidenciar, entre outros, os seguintes dados com base nas informações obtidas a partir das avaliações psicológicas:

- I) Quantitativo de defensores/as avaliados/as no ano;
- II) Características gerais dos defensores/as avaliados/as, como: idade, gênero, interior ou região metropolitana, dificuldades percebidas, habilidades, possíveis agentes estressores, presença ou não de rede de apoio, presença ou indicativo de transtornos mentais;
- III) Quantitativo de defensores/as aptos/as, aptos/as com considerações e inaptos/as;
- IV) Fazer um panorama de “convergências psicológicas” em termos de características psicológicas comuns às pessoas avaliadas:
 - a) Consideram que a saúde mental foi afetada negativamente pelo trabalho na DPE/RS?



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- b) Quais características ou circunstâncias do trabalho afetam sua saúde mental?
- c) Há riscos de alguma das pessoas avaliadas desenvolver algum transtorno mental em razão do trabalho desempenhado?
- d) Quais os fatores associados ao trabalho estão relacionados ao desenvolvimento de possíveis transtornos mentais?
- e) Quantas pessoas estão realizando acompanhamento psicológico particular?
- f) Quantas pessoas iniciaram acompanhamento psicológico particular após ingresso na DPE?
- g) Quantas pessoas percebem que seus/as colegas defensores/as precisariam de apoio psicológico?
- h) Quantas pessoas estão em uso de medicamento psicotrópico?
- i) Quantas pessoas já se afastaram do trabalho na DPE/RS por questões de saúde mental?
- j) Quantas pessoas já se afastaram do trabalho (antes de entrarem na DPE) por questões de saúde mental?
- k) Já aconteceu de algum/a defensor/a não levar ao conhecimento da Administração Superior algum problema pessoal que estivesse impactando no seu trabalho por receio de que isso não seria bem recebido ou que poderia vir a prejudicá-lo?
- l) Já aconteceu de algum/a defensor/a não levar ao conhecimento da Administração Superior algum problema com sua equipe que estivesse impactando no trabalho por receio de que isso não seria bem recebido ou que poderia vir a prejudicá-lo?

3.5. Do Fluxo das Avaliações Psicológicas e Entrevistas Devolutivas

3.5.1. Quando presenciais, as avaliações psicológicas deverão ser agendadas, preferencialmente, na segunda ou na sexta-feira a fim de que, quando necessário, o deslocamento dos/as defensores/as seja facilitado.

3.5.2. Avaliações psicológicas e entrevistas devolutivas no formato on-line poderão ser agendadas de segunda a sexta-feira.

3.5.3. É vedado o agendamento de qualquer atividade em sábados, domingos e feriados. Também fica vedado o agendamento durante o período de recesso da DPE/RS (anualmente, de 20 de dezembro a 06 de janeiro) e durante períodos oficiais de



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

afastamento do/a defensor/a público/a em casos de adoecimento, viagens para trabalho e eventos.

3.5.4. A empresa contratada deverá entrar em contato, por e-mail ou telefone, com o/a defensor/a público/a para pré-agendar local, data e horário da avaliação psicológica conforme as possibilidades da empresa e a maior conveniência para a pessoa avaliada.

3.5.5. Realizado o pré-agendamento, a empresa contratada enviará listagem dos agendamentos, com antecedência mínima de dez dias úteis, e-mail ao Gabinete do Defensor Público-Geral (gabinete@defensoria.rs.def.br), com cópia para o/a fiscal técnico/a do contrato (vitalciamento@defensoria.rs.def.br), indicando o nome completo do/a defensor/a público/a, bem como o local, a data e o horário para que o referido Gabinete faça a convocação com antecedência mínima de cinco dias úteis.

3.5.6. O Gabinete do Defensor Público Geral enviará e-mail com a convocação do/a defensor/a público/a para a empresa contratada como forma de confirmar o agendamento dessa avaliação psicológica com cópia para o/a fiscal técnico/a do contrato.

3.5.7. O/a defensor/a público/a terá dez minutos de tolerância para chegar ao local da avaliação psicológica, seja presencial ou on-line. Caso esse tempo seja ultrapassado, a avaliação psicológica deverá ser remarcada e o custo será de responsabilidade da pessoa faltante.

3.5.8. Em caso de falta ou de atrasos acima da tolerância permitida, a empresa contratada deverá, no mesmo dia, enviar e-mail para o Gabinete do Defensor Público-Geral e para o/a fiscal técnico/a do contrato comunicando o ocorrido, assim como o local, a data e o horário da nova avaliação psicológica.

3.5.9. Em caso de falta ou de atrasos acima da tolerância permitida, a Corregedoria-Geral poderá solicitar, por escrito, uma justificativa para o/a defensor/a público/a.

3.5.10. A avaliação psicológica poderá ser remarcada, a pedido do/a defensor/a público/a, sem custos para a DPE/RS, quando for remarcada com antecedência mínima de 24 horas.

3.5.11. Se for necessário remarcar a data da avaliação psicológica padrão ou recursal, o/a defensor/a público/a deverá solicitar, via e-mail, uma autorização ao Gabinete do Defensor Público-Geral para fazer a remarcação, caso já tenha sido feita a convocação.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.5.12. Se a remarcação for autorizada, o/a defensor/a público/a deverá entrar em contato diretamente com a empresa, a qual será responsável por enviar um e-mail ao Gabinete do Defensor Público-Geral com os dados necessários para a realização de nova convocação.

3.5.13. A avaliação padrão ou recursal poderá ser remarcada para até dez dias úteis após a data do primeiro agendamento ou conforme definição da Corregedoria-Geral e do Gabinete do Defensor Público-Geral.

3.5.14. Caberá à Corregedoria-Geral e ao Gabinete do Defensor Público-Geral orientar o/a fiscal técnico/a do contrato e/ou tomar providências quanto a atrasos, faltas e demais ocorrências fora do previsto nesse processo.

3.5.15. O agendamento de entrevista devolutiva deverá seguir o mesmo fluxo do agendamento da avaliação psicológica, sendo necessária a convocação via Gabinete do Defensor Público-Geral, que encaminhará cópia da convocação para o/a fiscal técnico/a do contrato.

3.6. Do Fluxo das Avaliações Psicológicas Recursais e Entrevistas Devolutivas Recursais

3.6.1. A solicitação de avaliação psicológica recursal deverá conter a justificativa da solicitação e possíveis quesitos a serem respondidos.

3.6.2. A solicitação de avaliação psicológica recursal deverá ser encaminhada, por e-mail, para a empresa contratada, com cópia para o/a fiscal técnico/a do contrato e para a Corregedoria-Geral (corregedoria@defensoria.rs.gov.br), dentro do prazo de até dez dias úteis após o envio do resultado da avaliação psicológica mais recente para o/a defensor/a público/a. É vedada a solicitação via telefone ou quaisquer outros meios.

3.6.3. A solicitação de avaliação psicológica recursal deverá ser apresentada na forma escrita com os argumentos que justifiquem revisão e/ou aprofundamento do resultado apresentado, podendo ser escrito pelo/a próprio/a defensor/a público/a avaliado/a, pela Corregedoria-Geral e/ou por um/a psicólogo/a que não esteja vinculado à DPE/RS contratado pela pessoa avaliada.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.6.4. Em hipótese nenhuma a empresa contratada poderá recusar-se a fazer a avaliação psicológica recursal, devendo ser seguidos os mesmos procedimentos e prazos do agendamento de uma avaliação padrão, salvo em casos em que a Corregedoria-Geral estabeleça um prazo maior para a realização da avaliação psicológica recursal.

3.6.5. Não caberá recurso administrativo à avaliação psicológica recursal feita pela comissão de psicólogos/as da empresa contratada, mas o/a defensor/a público/a que se sentir por ela prejudicado poderá manifestar-se, através de documento escrito oficial, solicitando providências para a Corregedoria-Geral.

3.6.6. O agendamento da avaliação psicológica e da entrevista devolutiva recursais deverão seguir o mesmo fluxo descrito no item 3.5, sendo necessária a convocação via Gabinete do Defensor Público-Geral, que encaminhará cópia da convocação para o/a fiscal técnico/a do contrato.

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Dos Comprovantes de Qualificação Técnica da Empresa e dos/as Profissionais

- a)** Registro da empresa licitante no CRP (Certificado fornecido pelo próprio Conselho).
- b)** Comprovação de Capacitação Técnica Operacional, através da apresentação de atestado/s, expedido por pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante possui aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
 - b1)** O/s Atestado/s de Capacitação Técnica apresentado/s deve/m conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do contratante, natureza dos serviços executados, localização dos mesmos, número de pessoas atendidas e número de avaliações psicológicas realizadas.
 - b2)** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- c)** Comprovação de que possui, em seu quadro permanente, profissional psicólogo/a, com mestrado com ênfase em Avaliação Psicológica ou com especialização em Avaliação



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Psicológica, que deverá assumir as funções de Coordenador/a Técnico/a. A formação em nível de pós-graduação completa admite título de especialista concedido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), certificado de conclusão de Curso de Pós-Graduação Stricto ou Lato Sensu, inclusive MBA, ou titulação maior em uma dessas áreas. Todos deverão ser comprovados por documento devidamente emitido pela instituição de ensino ou pelo CFP. A ênfase em avaliação psicológica não precisa vir descrita no diploma de mestrado, mas deverá ser comprovada através do teor da dissertação de mestrado vinculada a essa titulação.

c1) O/a profissional coordenador/a técnico/a deverá ter seu vínculo com a licitante devidamente comprovado da seguinte forma: se sócio/a da empresa, apresentação do contrato social; ou ainda contrato de prestação de serviço ou, registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ainda, instrumento particular de contrato entre as partes.

c2) Comprovação de que o coordenador/a técnico/a tenha inscrição ativa no CRP.

c3) O/a coordenador/a técnico/a deve comprovar experiência em supervisão ou coordenação técnica de avaliações psicológicas, mediante apresentação de atestado/s de capacidade técnica, devidamente assinado/s, carimbado/s e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço. O atestado de capacidade técnica em nome do/a profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, deverá constar que executa/executou satisfatoriamente serviços de complexidade equivalente com o objeto e especificações do presente Termo de Referência.

d) Comprovação de que possui equipe técnica composta por, no mínimo, quatro profissionais, que deverão atender a qualificação técnica mínima a seguir descrita:

d1) Psicólogos/as deverão comprovar experiência profissional em atividades relacionadas à avaliação psicológica. A comprovação se dará pela apresentação de atestado, de registro em Carteira de Trabalho ou vínculo empregatício na forma da Lei.

d2) Os/as psicólogos/as, inclusive o/a Coordenador/a Técnico/a, deverão apresentar certidão do CRP, para fins de comprovação, de que não possuem restrições ativas para o exercício profissional.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

d3) Os/as psicólogos/as deverão estar com registro ativo no CRP ao longo do período em que prestarem atividades para a DPE/RS, fornecendo Certidão de Regularidade (pessoa física).

5. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO E ENTREGA DOS SERVIÇOS

5.1. Do Início da Execução do Contrato

5.1.1. O início da prestação de serviço objeto da presente licitação será a reunião de alinhamento citada no item 3.4.1, que deverá se realizar em até dez dias úteis a partir da publicação da Súmula do contrato no Diário Eletrônico da DPE/RS.

5.2. Do Local da Prestação dos Serviços

5.2.1. As atividades que envolvem este contrato concernentes às reuniões administrativas deverão ser realizadas na cidade de Porto Alegre/RS, quando presenciais, ou no formato on-line, a critério da contratante.

5.2.2. As atividades relacionadas às avaliações psicológicas deverão ser realizadas em ambiente localizado em Porto Alegre.

5.3. Da Entrega dos Serviços

5.3.1. A empresa contratada deverá enviar os documentos solicitados (laudos, atestados e relatórios) por meio digital com senha diretamente para o/a fiscal técnica/o do contrato no prazo de até dez dias úteis a contar da data da avaliação, seja ela padrão ou avaliação recursal.

5.3.2. Além do laudo, a empresa deverá produzir um Atestado Psicológico que deverá ser enviado para o/a fiscal técnico/a do contrato no prazo de até dez dias úteis a contar da data da avaliação.

5.3.3. Na entrevista devolutiva deverá ser entregue ao/à defensor/a pública/o o laudo e o atestado psicológico.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5.3.4. O/a fiscal técnico/o arquivará todos os documentos relacionados às avaliações (laudos, atestados e relatórios) em arquivo digital próprio.

5.3.5. A avaliação psicológica de que trata esse contrato poderá ser utilizada somente em processos relativos à adaptação dos/as defensores/as públicos/as à instituição, sendo vedado o seu uso para outros fins.

6. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A DPE/RS nomeará um/a profissional tecnicamente capacitado/a, denominado/a Fiscal de Contrato, para realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, que consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, zelando pela racionalidade dos gastos públicos e pela excelência quanto ao conteúdo e qualidade técnica do serviço prestado, nos termos da lei.

6.2. O/a fiscal técnico/a de contrato não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre as pessoas designadas pela contratada para a execução dos serviços terceirizados contratados, cabendo-lhe registrar as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, comunicando à contratada as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

6.3. A contratante exercerá fiscalização permanente sobre os serviços por ela contratados, objetivando:

- a) manter o elevado padrão de qualidade dos serviços prestados;
- b) observar o cumprimento do cronograma estabelecido entre as partes;
- c) proceder eventuais substituições de seus/uas profissionais por insuficiência de desempenho.

6.4. A contratante poderá solicitar a substituição de profissional que não apresentar bom desempenho.

6.5. A DPE/RS poderá convocar o/a Coordenador/a Técnico/a da empresa contratada para comparecer em reuniões na sede administrativa em Porto Alegre/RS ou via formato on-line.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

7. DOS ASPECTOS CONTRATUAIS

7.1. Os/as profissionais da empresa contratada não terão nenhuma espécie de vínculo com a contratante, uma vez que não se trata de terceirização de profissional, mas de contratação de empresa prestadora de serviço.

7.2. Ato contínuo à publicação da súmula no Diário Eletrônico da DPE/RS, no prazo estabelecido no item 5.1.1, será realizada reunião de alinhamento com a contratada para definição do plano de trabalho no qual será estabelecido, entre outros ajustes necessários à execução do contrato, o cronograma de trabalho.

8. DO PREÇO, CONDIÇÕES E PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos serviços será realizado de acordo com o número de procedimentos realizados, conforme o valor de cada item da proposta vencedora.

8.2. O pagamento será realizado trimestralmente, no prazo de até trinta dias, contados da apresentação da Nota Fiscal e demais Certidões Negativas necessárias, acompanhado do relatório das atividades realizadas no qual deverá constar data, nome das pessoas avaliadas, itens do serviço prestado e profissionais envolvidos em cada procedimento.

8.3. A Nota Fiscal, demais Certidões Negativas necessárias e o relatório de atividades realizadas deverão ser entregues até o quinto dia útil do mês seguinte por meio eletrônico para o/a fiscal técnico/a do contrato.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

9.1. A contratante se reserva o direito de recusar o/s serviço/s que esteja/m fora das especificações estabelecidas neste Termo, bem como deliberar sobre todas as questões referentes às atividades e aos serviços que não estejam previstas neste Termo.

9.2. Os serviços prestados que são objeto deste contrato deverão preencher os critérios técnicos e éticos previstos nesse contrato e em toda legislação que a ele for aplicável.

9.3. O Ateste de Recebimento Provisório será dado pela Corregedoria-Geral através do recebimento dos atestados e laudos em até dez dias úteis a contar da data da avaliação e



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

o Ateste de Recebimento Definitivo será fornecido pelo/a fiscal técnico/a do contrato em até quinze dias úteis do Recebimento Provisório.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A DPE/RS compromete-se a prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada para a fiel execução do contrato, bem como realizará reuniões de alinhamento e acompanhamento do processo de avaliação de seus/uas membros/as com a equipe contratada a fim de que o propósito, os critérios de avaliação e o contexto institucional possam ser compreendidos pela equipe que realizará o trabalho.

10.2. A DPE/RS compromete-se a fazer solicitações e esclarecer as eventuais dúvidas da empresa contratada sem interferir nas decisões dos/as psicólogos/as da empresa contratada desde que estas estejam de acordo com as normas técnicas e éticas relativas ao processo.

10.3. A DPE/RS compromete-se a repassar para a empresa contratada as informações necessárias ao monitoramento e agendamento das avaliações psicológicas.

10.4. Até 2 dias úteis antes de cada avaliação psicológica agendada, a Corregedoria-Geral poderá enviar para a empresa um relatório atualizado com todos os apontamentos que julgar pertinentes a respeito da produtividade, da qualidade técnica e do comportamento do/a defensor/a público/a que será avaliado/a, podendo realizar questionamentos que deverão ser respondidos ao longo da escrita do laudo psicológico dentro dos limites éticos e técnicos da avaliação psicológica.

10.5. A DPE/RS fornecerá para a empresa contratada o relatório com nome, data de posse, prazo limite para entrega dos laudos e atestados das avaliações psicológicas e contato dos/as defensores/as públicos/as a serem avaliados/as para que a empresa contratada monitore os períodos avaliação psicológica, respeitando os intervalos previstos.

10.6. A contratante deverá expedir convocações e demais expedientes necessários para garantir a conclusão dos serviços constantes neste Termo de Referência.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

11.1. Todos os procedimentos adotados deverão estar de acordo com o Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a e com as resoluções do CFP vigentes.

11.2. Todos os materiais que envolverem a avaliação psicológica dos/as defensores/as públicos/as, desde listas com nomes, anotações, folhas de respostas dos testes e os próprios laudos, atestados e relatórios, deverão ser armazenados dentro da própria empresa, de forma que o acesso a eles seja restrito aos/às profissionais diretamente envolvidos/as com essa atividade na empresa, até que sejam encaminhados/as para a DPE/RS.

11.3. O local de armazenamento dos materiais supracitados deverá ter um sistema de restrição de acesso, assim como condições adequadas de umidade e temperatura para que haja a boa manutenção dos documentos relativos à avaliação e a garantia de total sigilo dessas informações, quando forem materiais físicos.

11.4. Todo material necessário para a avaliação psicológica deverá ser fornecido pela empresa contratada, sendo que a mesma arcará com esses custos.

11.5. Caso a contratada substitua qualquer um dos envolvidos nas atividades desse contrato, deverá informar a DPE/RS antes que ele/a inicie suas atividades para que haja a comprovação da qualificação técnica prevista no item 4.1.

11.6. A contratada deve nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

11.7. A contratada deverá zelar pela guarda, conservação, organização e sigilo profissional dos documentos.

11.8. A contratada está expressamente vedada a fazer veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da contratante.

11.9. A contratada está expressamente vedada a realizar contratação de profissional pertencente ao quadro de pessoal da contratante que esteja ativo ou aposentado há menos de cinco anos, ocupante de cargo em comissão, assim como cônjuges, companheiros/as, parentes em linha reta, colaterais ou por afinidade, até o 3º grau, para atuação neste contrato.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

12.1. Quaisquer informações complementares e esclarecimentos relativos ao presente Termo de Referência deverão ser dirigidas à Corregedoria-Geral pelo telefone (51) 3210-9397, ou por meio eletrônico, nos endereços: corregedoria@defensoria.rs.def.br e/ou vitaliciamento@defensoria.rs.gov.br.

Letícia Souza Mello
Analista – Saúde – Psicologia
Responsável Técnica
CRP/RS 07/17409



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO do Rio Grande do Sul e a [CONTRATADA], para consecução do objeto descrito na Cláusula Primeira.

Expediente nº: XX.30.00-XXXXXXX-X

Contrato celebrado entre a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 74.704.636/0001-50, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 666, representada neste ato por seu representante competente pelo ato, doravante denominada **CONTRATANTE**, e (pessoa jurídica), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº, estabelecida no(a) (endereço), representada neste ato por (representante da CONTRATADA), RG nº ... inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, para a prestação de serviços referidos na Cláusula Primeira - Do Objeto, em decorrência do Pregão Eletrônico nº ../..., processo administrativo nº (número/ano), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a [Reproduzir o texto do item 1 Objeto do Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA], que serão prestados nas condições estabelecidas **Anexo II – Termo de Referência**.
- 1.2. Este contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

- 2.1. O preço da execução do serviço contratado é de R\$_____ (_____), constante da proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, conforme descrito na tabela abaixo:



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Lote	Item	Especificação	Quantidade Estimada	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Entrevista Psicológica (com elaboração de laudo e atestado e realização de entrevista devolutiva)	136		
	02	Entrevista Psicológica e aplicação de testagem psicológica (com elaboração de laudo e atestado e realização de entrevista devolutiva)	83		
	03	Avaliação psicológica recursal (com elaboração de laudo e atestado e realização de entrevista devolutiva)	10		
	04	Relatório Anual	3		

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

[Reproduzir texto do Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 22.1)]

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL E LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O prazo de execução do contrato é de [Reproduzir prazo do Anexo II – Termo de Referência], a contar do recebimento da nota de empenho ou documento equivalente emitido pela CONTRATANTE.

4.2. O prazo de vigência do presente contrato é de [Reproduzir prazo do Anexo II – Termo de Referência], a contar da divulgação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

4.3. O prazo de duração do presente contrato é adstrito ao aceite definitivo do objeto, e será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período do presente contrato.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

4.4. O recebimento dos serviços pela CONTRATANTE se dará conforme o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos prazos estabelecidos no Termo de Referência.

4.5. O prazo para envio da nota de empenho ou documento equivalente será de até 20 (vinte) dias a contar da divulgação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DO CONTRATO

5.1. [Reproduzir Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 24.1.)]

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado trimestralmente, contra Nota de Empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, via e-mail ao setor fiscal e deverá conter o detalhamento do serviço executado.

6.2. Por tratar-se de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá emitir somente Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

6.3. Considerando o disposto no Decreto nº 56.662/2022, as notas fiscais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2023 deverão observar as regras de retenção para o Imposto de Renda contidas na IN RFB 1234/2012.

6.3.1. No documento fiscal, no Campo "retenções federais" deve constar apenas o valor do IRRF, pois o Estado não possui convênio com a União para retenção e repasse dos demais tributos federais (PIS/COFINS/CSLL).

6.4. Para os fornecimentos beneficiados por isenção de ICMS com fundamento no inciso CXX, art. 9º do Decreto Estadual nº 37.699, de 26 de agosto de 1997, deverá ser feita a indicação do valor do desconto e do respectivo número do empenho no documento fiscal, conforme nota 03 do mesmo inciso.

6.5. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

6.5.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante vencedor.

6.6. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 92, inciso XVI, da Lei federal nº 14.133/2021;

6.6.1. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao CADIN/RS, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

6.6.2. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.7. A CONTRATANTE poderá reter do valor da fatura da CONTRATADA a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, pro rata die, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DO PREÇO

8.1. O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado.

8.1.1. Considera-se data-base, para fins de reajuste, a data de. [Reproduzir texto do Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 21.2)]

8.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2. O valor do contrato será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = P0 \times [(IPCAn / IPCA0) - 1]$$

Onde:

R = Parcela de reajuste;

P0 = Preço inicial do contrato no mês data da elaboração do valor estimado da licitação. ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCAn = Número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA0 = Número do índice IPCA referente ao mês da data da elaboração do valor estimado da licitação ou último reajuste, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Caso o contratado pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

9.1.1. O não cumprimento do prazo constante no item 9.1 não implica em deferimento do pedido por parte do CONTRATANTE.

9.2. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

9.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme parágrafo único do art. 131 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência e de sua proposta.

10.1.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.1.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

10.1.4. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

10.1.5. Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.1.6. Atender integralmente o Termo de Referência.

10.1.7. O Contratado deverá comprovar que possui Programa de Integridade se o prazo de vigência a que se refere a Cláusula 4.1 for igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e o valor total da contratação a que se refere a Cláusula 2.1 for superior ao valor de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), atualizado pela variação da UPF/RS até o ano da assinatura do contrato, conforme art. 7º da Instrução Normativa CAGE nº 6, de 23 de dezembro de 2021.

10.1.7.1. A comprovação da exigência de Programa de Integridade se dará com a apresentação do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade, fornecido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

10.1.7.2. Caso o contratado seja um consórcio de empresas, a empresa líder do consórcio deverá obter o Certificado de Apresentação do Programa de Integridade.

10.1.7.3. Será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de celebração do contrato, o prazo para obter o Certificado de Apresentação do Programa de Integridade.

10.1.7.4. Caberá ao contratado custear as despesas relacionadas à implantação do Programa de Integridade.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10.1.7.5. Observar-se-á, para a apresentação e avaliação do Programa de Integridade, as disposições da Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, do Decreto nº 55.631, de 9 de dezembro de 2020, e da Instrução Normativa CAGE nº 6, de 23 de dezembro de 2021.

10.1.8. Atender às seguintes obrigações, decorrentes da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD:

10.1.8.1. Garantir que a gestão dos dados pessoais decorrentes do contrato ocorra com base nas Diretrizes e Normas Gerais da LGPD, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

10.1.8.2. Garantir que os dados pessoais envolvidos no objeto deste contrato não serão utilizados para compartilhamento com terceiros alheios ao objeto de contratação, tampouco utilizados para finalidade avessa à estipulada por este documento, salvo casos previstos em lei.

10.1.8.3. Garantir que os dados regulamentados pela LGPD estarão armazenados dentro do território nacional, salvo exceções de comum acordo com a CONTRATANTE.

10.1.8.4. Se abster de analisar o comportamento dos titulares dos dados regulados pela LGPD, com o objetivo de divulgação a terceiros, conduta esta que é expressamente vedada pelo presente contrato.

10.1.8.5. Garantir que a execução do objeto da contratação esteja plenamente adequada à LGPD, permitindo auditorias solicitadas pela CONTRATANTE.

10.1.9. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.10. Atender as demais obrigações previstas no Anexo II – Termo de Referência.

CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1. Exercer o acompanhamento e o recebimento do serviço, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da vigência contratual, fixando prazo para a sua correção.

11.1.4. Aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da execução do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CLÁUSULA DOZE – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Das Infrações Administrativas

12.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

12.1.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.1.4. Enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

12.1.1.5. Apresente declaração ou documentação falsa ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.1.6. Pratique ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.1.7. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

12.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

12.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

12.2.2.1. Advertência, para a infração prevista na subcláusula 12.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2.2. Multa, nas modalidades:

12.2.2.2.1. Compensatória, de 0,5% até 5% sobre o valor do contrato, para a infração prevista na subcláusula 12.1.1.1;

12.2.2.2.2. Compensatória, de 0,5% até 10% sobre o valor total do contrato, para as infrações previstas na subcláusula 12.1.1.2;

12.2.2.2.3. Compensatória, de 0,5% até 20% sobre o valor total do contrato, para as infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.3 e 12.1.1.5;

12.2.2.2.4. Compensatória, de 0,5% até 30% sobre o valor da proposta ou contrato, nas infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.5, 12.1.1.6 e 12.1.1.7;

12.2.2.2.5. Moratória, de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, para as infrações previstas na subcláusula 12.1.1.4;

12.2.2.2.6. Moratória, pela não obtenção do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade dentro do prazo referido na Cláusula 10.1.7.3 de até 0,02% por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 10%.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12.2.2.2.7. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, por até dois anos, para as infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.2 e 12.1.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2.2.8. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, por até três anos, para as infrações previstas na subcláusula 12.1.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.5 a 12.1.1.7.

12.3. Da Aplicação das Sanções

12.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.3.2. A aplicação de sanções não exime o Contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar a Defensoria.

12.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao CONTRATANTE provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

12.3.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.3.4. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021.

12.3.5. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art. 41.

12.3.6. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

12.3.7. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no CFIL/RS.

12.3.8. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, quando a primeira não se revelar suficiente, sem prejuízo da aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

12.3.9. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

12.3.10. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12.3.11. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.3.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.4. Da Execução da Garantia Contratual

12.4.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual.

12.4.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o Contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE.

12.4.3. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do CONTRATANTE.

12.4.4. A previsão de multa compensatória não elide eventual cobrança de perdas e danos, cujo valor previsto a título de multa será tido como mínimo da indenização, competindo ao CONTRATANTE provar o prejuízo excedente, conforme previsto no art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002).

12.4.5. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO

13.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do art. 137 §2º com as consequências previstas no art. 138 §2º da Lei 14.133/2021.

13.3. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

13.3.1. Levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Apuração de indenizações e multas;

13.3.4. Notificação dos emitentes da garantia prevista na cláusula quinta deste contrato, quando cabível.

CLÁUSULA CATORZE – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado ao contratado:



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 14.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- 14.1.2. Interromper a execução do serviço sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA QUINZE – DAS ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. A fiscalização do presente contrato caberá à área requisitante do objeto, indicada no **Anexo II - Termo de Referência** do Edital, a qual deverá, oportunamente, indicar fiscal, que será formalmente designado para acompanhar o recebimento do objeto.
- 16.2. A fiscalização referida no item 16.1 será exercida no interesse da CONTRATANTE.
- 16.3. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 16.4. A fiscalização da CONTRATANTE, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos componentes e acessórios fornecidos, podendo exigir a sua substituição quando estes não atenderem aos termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.
- 16.5. Competirá ao Fiscal do Contrato acionar a garantia do objeto contratado, caso haja necessidade.

CLÁUSULA DEZESSETE – DOS CASOS OMISSOS

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DEZOITO – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- 18.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.
- 18.2. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo CONTRATANTE.
- 18.3. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.
- 18.4. O presente contrato somente terá eficácia após a assinatura das partes e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

18.4.1. Nos casos de urgência, a eficácia se dará a partir da assinatura das partes, permanecendo a exigência da divulgação no PNCP no prazo de 10 dias úteis.

18.5. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA DEZENOVE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: (dispensadas em caso de assinatura digital certificada).

1. _____

2. _____

Nome legível:

Nome legível:

CPF nº:

CPF nº:



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO IV
AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - AES

AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

Número da Autorização:		Data da Emissão:					
Número do Processo:		Unidade responsável pelo recebimento					
Procedimento Contratação:							
Número do Contrato:		Nome do Responsável (Fiscal)	Telefone				
Número do Empenho:							
Fornecedor:		CNPJ:					
Endereço:		Cidade:	UF:				
Representante:		Tel:	E-mail:				
Lote	Item	Especificação	Marca/Modelo	Un.	Quant.	Valor	
						Unitário	Total
Nº de Itens		Prazo de Entrega	Condições de Pagamento			SUBTOTAL:	
						TOTAL:	
Local de Entrega:			Cidade:		Tel:		
<p>ATENÇÃO: As mercadorias somente serão recebidas mediante a apresentação da Nota Fiscal. As Notas Fiscais não poderão conter itens de processos diferentes. Os objetos serão recebidos provisoriamente conforme estabelecido no Termo de Referência.</p> <p>Considerando o disposto no Decreto nº 56.662/2022, as notas fiscais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2023 deverão observar as regras de retenção para o Imposto de Renda contidas na IN RFB 1234/2012.</p> <p>No Documento Fiscal, no Campo "retenções federais" deve constar apenas o valor do IRRF, pois o Estado não possui convênio com a União para retenção e repasse dos demais tributos federais (PIS/COFINS/CSLL).</p> <p>OBSERVAÇÕES: O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal. O documento fiscal deverá ser protocolizado via e-mail ao setor do fiscal e deverá conter o detalhamento do serviço executado.</p>							
Informação para faturamento					Ciência em:		
Rua Sete de Setembro, nº 666 – 6º andar, em Porto Alegre/RS, CEP 90.010-190					Responsável da Empresa:		
CNPJ: 74.704.636/0001-50			Insc. Estadual: ISENTA		Nome e Assinatura		
Autoridade Competente							
<p>Contratação submetida ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução DPGE nº 23/2023, aplicando-se quando cabível as exigências da minuta de contrato da referida Dispensa de Licitação, em especial ao disposto na cláusula doze – Das Infrações e Sanções Administrativas.</p>							



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025

O objeto da presente proposta é a a execução de serviços abaixo relacionados, para a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – DPE-RS, nos termos do Pregão Eletrônico nº 11/2025.

Ofertamos os seguintes valores, conforme relacionado a seguir, incluídas todas as despesas como as de encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, fretes e outros pertinentes ao objeto:

Lote	Item	Especificação	Quantidade Estimada	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Entrevista Psicológica (com elaboração de laudo e atestado e realização de entrevista devolutiva)	136		
	02	Entrevista Psicológica e aplicação de testagem psicológica (com elaboração de laudo e atestado e realização de entrevista devolutiva)	83		
	03	Avaliação psicológica recursal (com elaboração de laudo e atestado e realização de entrevista devolutiva)	10		
	04	Relatório Anual	3		

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Prazo de Execução:

Validade da Proposta:

Garantia do Serviço:

DADOS DA EMPRESA E CONTATO

Nome da empresa:

Endereço:

Telefone:

Fax:



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

E-mail da empresa:

Nome do contato:

Fone (caso distinto do informado acima):

E-mail do contato:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta:

Assinatura do Representante Legal



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO VI - ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE

	GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ANEXO II AO DECRETO Nº 36.601, de 10-04-96.	J	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO				
			NÚMERO		FOLHA		
ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE – ACF							
A IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL OU CARTA-CONVITE							
CÓDIGO	NOME DO LICITADOR		NÚMERO	MODALID.	DATA		
B IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE							
CGC/MF:			ATIVIDADE PRINCIPAL	CNAE	SE		
FIRMA/RAZÃO SOCIAL:		CNJ		CGC/TE			
ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)			NÚMERO	CONJ.	CEP		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL				TELEFONE			
BALANÇO APRESENTADO PERÍODO:		DATA DO BALANÇO ANUAL	Nº LIVRO DIÁRIO	Nº DO RJC			
C IDENTIFICAÇÃO DO CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE							
NOME:		CP	Nº DO REGISTRO NO CRC		TELEFONE		
ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)			NÚMERO	CONJ.	CEP		
D IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA							
NOME:				Nº DO REGISTRO NO CRC			
E BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO							
CONTAS		Em R\$ Mil	F DEMONSTRAÇÃO DA ANÁLISE FINANCEIRA DO LICITANTE				
			ÍNDICE	VALOR	NOTA	PESO	NP
1	ATIVO CIRCULANTE AJUSTADO (ACA)		1	LIQUIDEZ CORRENTE			
2	PASSIVO CIRCULANTE (PC)						
3	ACA + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2	LIQUIDEZ GERAL			
4	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO						
5	ATIVO PERMANENTE		3	GRAU DE IMOBILIZAÇÃO			
6	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO						
7	PASSIVO CIRCULANTE		4	ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO			
8	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO						
9	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO		5	ENDIVIDAMENTO GERAL			
10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO						
11	DESPESA ANTECIPADA		NFR	NOTA FINAL DA CAPACIDADE FINANCEIRA RELATIVA = á NP			
12	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS						
13	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		G	RESULTADO DA ANÁLISE			
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
15	CONSISTÊNCIA (vide instruções no verso)						
H IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO							
NOME:				MATRÍCULA			
I DECLARAÇÃO E ASSINATURAS							
O representante legal da empresa licitante e o contador ou técnico em contabilidade declaram, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste formulário são a expressão da verdade, bem como autorizam o licitador, por si ou por outrem e a qualquer tempo, examinar os livros e os documentos relativos à escrituração contábil, para confrontação dos dados aqui demonstrados.							
LICITANTE		CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE		LICITADOR			
DATA:		DATA:		DATA:			



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO VII - SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133/2021.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. Definições:

2.1 Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, a seguinte definição: – Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. Vigência:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo previsto na cláusula da Garantia prevista na minuta de contrato de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras, ou aquele definido no Edital;

II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1, não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos; e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.3.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. O seguro-garantia, ao ser apresentado, deve estar acompanhado por declaração ou certificado emitido pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP que comprove que a instituição financeira está apta a prestar esta modalidade de garantia.

6. Ratificação: Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)